

Notas introdutórias a respeito do conceito de classe social entre clássicos e contemporâneos

*Introductory notes about social class concept among classical and
contemporary authors*

BRAND ARENARI

JOANA CAMPINHO

RESUMO

O presente ensaio propõe um panorama sobre o conceito de classe social, seu desgaste e seu ressurgimento como instrumento analítico chave para a sociologia. Demonstra-se as razões pelas quais estudos, sobretudo os teóricos europeus, se afastaram da noção de classes sociais. Destaca-se a importância cabal dos conceitos de classe e estratificação social para a sociologia, ou, num sentido mais amplo, a importância de uma teoria socioestruturalista da ação. Apresenta-se brevemente os conceitos de classe e estratificação social, percorrendo as principais ideias presentes nas versões tradicionais deste conceito em Marx e Weber, para num momento seguinte apresentar as versões contemporâneas destes conceitos na sociologia de Bourdieu e Klaus Eder.

Palavras-chave: Classe social; Sociologia; Teoria Socioestruturalista

ABSTRACT

This paper proposes an overview of the concept of social class, its wear and its re-emergence as a key analytical tool for sociology. It is shown the reasons why studies, particularly European theorists, moved away from the notion of social classes. We highlight the full importance of the concepts of class and social stratification to sociology, or, in a broader sense, the importance of socioestruturalista theory of action. It presents briefly the concepts of class and social stratification, covering the main ideas present in traditional versions of this concept in Marx and Weber, for a moment later present the contemporary versions of these concepts in Bourdieu's sociology and Klaus Eder.

Keywords: Social class; Sociology; Socioestruturalista Theory

INTRODUÇÃO

Em boa parte do final do século XX o conceito de classe social, ou qualquer investida analítica a qual apelasse para especulações demasiado estruturalistas, caíram em desuso. Vários fatores, como o aburguesamento da classe operária em virtude do “wellfarestate” e o crescente processo de individualização da modernidade, mudaram o panorama de classe na Europa, com isso, sobretudo os teóricos europeus, se afastaram da noção de classes sociais. Exemplos marcantes deste quadro são encontrados na sociologia de Ulrich Beck, a qual a partir de sua robusta teoria da individualização desloca a noção de conflitos de demandas coletivas para conflitos de demandas individuais e, em parte, Anthony Giddens segue o mesmo caminho. Segundo sua tese, a dissolução da clássica sociedade industrial, dissolveu também a estruturas coletivistas para dar lugar às demandas individualistas.

Por outro lado, na “sociologia do consenso” de Habermas, que em certo modo é tributária de uma noção de “consenso” transclassista via a uma expansão do universo psicossocial burguês, pode-se perceber algum declínio da importância das classes na esfera política. Vale notar também que o desgaste das estruturas muito rígidas das teorias marxistas e da vertente parsoniana desempenhou papel marcante neste processo. No entanto, já na década de 1990, o outrora desgastado conceito de classe social já mostrava novamente seu vigor, sobretudo através da solidificação e reconhecimento da sociologia de Bourdieu, e com outros exemplos como a teoria da radicalização da classe média de Klaus Eder, apresentada no seu livro *The new politics of class*.

A despeito de alguns desgastes teóricos devido a alguns exageros cometidos em seu nome, ou desgastes de excesso de exposição, devido à marcante importância que o conceito de classe social atingiu para fora dos muros das universidades — em virtude de este ter-se tornado uma importante arma na luta política —, o conceito de classe social permanece como um conceito-chave para a sociologia. Sua área de abrangência explicativa na sociologia é muito ampla, e em certo modo, ele pode ser entendido como um conceito fundante da sociologia. E isso se deve ao fato de este conceito trazer em si boa parte dos principais distintivos que marcam a sociologia

como um olhar diferenciado sobre a realidade, conferindo a esta disciplina uma identidade singular.

Em geral, podemos dizer que esta é uma ferramenta teórica de análise no que tange às desigualdades de distribuição de poder entre os grupos na sociedade, como também serve de eixo explicativo para a ação coletiva na esfera política. Ainda, pode ele representar o elemento social básico do conflito desencadeado, operando na dinâmica da sociedade (luta de classes como motor da história), mas é, também, a possibilidade de uma explicação genuinamente sociológica para a ação e cognição do sujeito ante o mundo. Em outras palavras, podemos afirmar que, através deste conceito, está sempre presente uma teoria estruturalista da agência como mecanismo de compreensão da sociedade (EDER, 1992), o que implica uma teoria de fundamentos sociológicos para compreender não só a sociedade, mas a própria agência.

A partir disso ocorre o rompimento fundamental que o olhar sociológico apresenta ao mundo, isto é, a proposição de que a ação humana não é puramente condicionada por elementos relacionados tão somente à lógica individual, mas é também resultado de condicionantes sociais. Nesta linha, a noção de classe social, ou estrutura de classes, passa a ocupar em boa parte o “front” de batalha entre a sociologia e as demais ciências e filosofias. Assim tem sido desde Marx até Bourdieu.

Quanto a isso, o conceito de classe de Marx, aliado a sua interpretação materialista da história, implicou a elaboração de um modelo de agência humana que entrou em choque com as tradições metafísicas e liberais de seu tempo. Contrapondo-se a modelos da agência humana assentados em tradições religiosas, como também a modelos oriundos de um liberalismo econômico que em traços gerais concebiam (ambos) a ação humana como produto de escolhas racionais operadas por uma consciência individual poderosa, a teoria marxista clássica irá conceber a ação como produto do lugar social que o indivíduo ocupa, o que para Marx equivalia a seu lugar na produção. A divisão de Marx entre infraestrutura (material) e superestrutura, na qual a segunda é um epifenômeno da primeira, também implica pensar que a consciência individual não é o produto de uma alma apartada do mundo material, ou de um centro de juízo individual, mas sim é um epifenômeno do lugar social em que o sujeito está inserido. Nesta lógica, o sujeito não seria a

manifestação de uma essência última estática, tal como uma alma/espírito ou consciência, mas seria o resultado de forças dinâmicas, isto é, relações sociais nas quais estaria inserido. A partir dessas assertivas estava aberta a possibilidade de uma teoria sociológica da personalidade.

Ao desenvolver e atualizar o conceito de classe social, Bourdieu também atinge em cheio um dos paradigmas mais difundidos do nosso tempo, isto é, a teoria geneticista e fisicalista da biologia moderna, desse modo colocando mais uma vez o conceito de classe na linha de frente do combate entre a sociologia e as outras ciências. Como veremos com mais detalhes no decorrer deste artigo, Bourdieu, em seu livro “A Distinção”, demonstra que as preferências estéticas e de gosto não são um simples produto de combinações de herança genética com determinadas conexões neuronais, mas que são elas também fruto de aprendizados sociais pré-reflexivos. Nesta lógica, a noção de um sujeito autônomo que faz escolhas racionais (conscientes), ou de estruturas inatas no sujeito que determinam sua percepção do mundo, tem sua legitimidade contestada. Bourdieu busca comprovar em sua pesquisa que até mesmo o paladar, a preferência por um determinado tipo de comida, seja algo socialmente construído.

Diante deste quadro, podemos notar a importância cabal dos conceitos de classe e estratificação social para a sociologia, ou, num sentido mais amplo, a importância de uma teoria socioestruturalista da ação. De certo modo, podemos imaginar as ciências sociais sem uma forte teoria socioestruturalista da agência, tal como a ciência política tem feito através da teoria da escolha racional. No entanto, é difícil imaginar a sociologia desprovida deste modelo estruturalista da ação sem que com isso tenhamos que chamá-la de outro nome.

Neste artigo procuraremos apresentar brevemente os conceitos de classe e estratificação social, percorrendo as principais ideias presentes nas versões tradicionais deste conceito em Marx e Weber, para num momento seguinte apresentar as versões contemporâneas destes conceitos na sociologia de Bourdieu e Klaus Eder.

AS FORMAS TRADICIONAIS DE ANÁLISE DE CLASSE: MARX E WEBER

Karl Marx: classe social e alienação como eixo explicativo da sociedade

Ao tratar do conceito de classe, torna-se indispensável, ou ao menos prudente, rever alguns pontos fundamentais de sua elaboração feita por Karl Marx. O seu pioneirismo em formular um conceito altamente sofisticado de classe social fez com que Marx deixasse suas marcas em todas as análises posteriores. A partir disso, como primeiro ponto a ser colocado em destaque, deve-se atentar que a sua teoria como um todo, e nisto está incluso o seu conceito de classe social, não é um investimento puramente acadêmico. Ou seja, os interesses de Marx em elaborar uma teoria sobre a sociedade capitalista não visavam tão somente à compreensão deste processo, mas também envolvia a formulação de diagnósticos normativos voltados diretamente à esfera da política. A obra de Marx tem uma dimensão titânica, que envolve uma teoria econômica geral, uma teoria social, uma teoria política, uma filosofia e uma mensagem profético-política. Desse modo, sua noção de classe social varia consideravelmente entre essas áreas do seu pensamento.

Por um lado, a teoria marxista de classe visava demonstrar uma brutal desigualdade de poder entre classes na sociedade capitalista, o que se configurava numa relação de exploração; daí a noção de classes exploradas e exploradoras. A partir disso, Marx elaborou uma teodiceia do sofrimento de caráter político-religioso (profecia política) na qual as classes exploradas (proletariado) conduziram à inevitável queda da sociedade capitalista e a substituíam por uma forma mais justa e moral de sociedade. Dentro desta teodiceia está contida a noção de luta de classes como o motor da história.

No entanto, para além de uma crítica moral ao capitalismo, Marx (2008) desenvolve uma minuciosa análise da sociedade capitalista (e é isso que mais importa ao sociólogo), na qual o seu conceito de classe desempenha papel fundamental. Talvez um dos possíveis caminhos seguros para a compreensão do conceito de classe social em Marx seja atentar-se ao papel que ele confere à divisão do trabalho. É dentro do modelo da divisão do trabalho da sociedade capitalista que surgem não só a moderna divisão de classes, como também um conceito

fundamental nesta dinâmica, isto é, o de alienação. Essa alienação, no sentido fundamental do termo, significa a corporificação de uma força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo que geraria uma perda de controle, ou desefetivação do trabalhador, resultado de um processo histórico que afetaria as relações sociais a partir do modo de produção capitalista (MARX, 2008, p. 80).

A ruptura causada pela organização do trabalho na sociedade industrial capitalista é aquela na qual o trabalhador deixa de ter o controle total do produto por ele produzido e passa a dominar somente uma parte isolada da produção. Isso implica uma alteração na distribuição de poder e uma nova distribuição de papéis na divisão do trabalho. O poder do controle total da produção passa às mãos do dono do capital, o qual é o único capaz de financiar toda a produção. A partir disso uma nova divisão se estabelece: de um lado o dono do capital, do outro os trabalhadores (força de trabalho alienada), que são obrigados a vender a sua força de trabalho para o dono do capital (o burguês). Nisto se configura a primeira corporificação da luta de classes: Trabalho x Capital¹.

A alienação exposta por Marx indica três principais aspectos: a) a alienação em relação à sua própria atividade produtiva; b) à natureza e à sua espécie, como espécie humana; e c) de uns em relação aos outros. Para ele, tudo isso diz respeito a uma forma de autoalienação e não uma “fatalidade da natureza”, como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital, a fim de deixá-los onde estão. Dito de outra forma, não é a atuação de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, que produz a alienação, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 2006, p. 13).

Marx (2008) separa a alienação da atividade produtiva em duas dimensões: a) a alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho; e b) a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. A primeira se daria no momento em que o trabalho se torna estranho ao trabalhador, na medida em que ele se vê

¹ Vale notar que durante muito tempo se pensou que esta primeira corporificação da luta de classes correspondesse à essência da luta de classes. Porém o tempo nos mostrou que essa era uma concepção equivocada. Este modelo tratava apenas da forma de luta de classes surgida dentro da sociedade industrial clássica. A partir da dissolução deste modelo de sociedade vimos aparecer outras formas de lutas de classe. Para mais detalhes sobre esta crítica ver EDER, 1992.

forçado a fazê-lo somente com o intuito de satisfazer as suas necessidades. Disso resultaria a ausência de prazer ou satisfação na realização das suas atividades.

Por outro lado, o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto estranho a si, na medida em que “ele não é o que é o produto do seu trabalho”. Ou seja, a exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, mas de uma existência externa de que ele só poderia se apropriar com maiores esforços. Para Marx, essa apropriação aparece como estranhamento porque quanto mais objetos o trabalhador produzir, menos ele pode possuir. O produto do seu trabalho já não lhe pertence, mas sim ao capital (MARX, 2008, p. 81).

Na alienação do trabalhador em relação à natureza e à existência da espécie, o trabalho se refere à capacidade de transformar as coisas e distingue o homem de outros animais. De acordo com Marx, o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, ao mesmo tempo em que, cada vez mais, faz com que o trabalho, por ser meio de vida imediato, se torne meio para a subsistência. Ou seja, o trabalhador se torna um servo do seu objeto (MARX, 2008, p. 82). Servo porque nele está a expressão do seu estranhamento (alienação), já que passa a perceber a discrepância entre o que produz e a sua capacidade de consumir ou de ser valorizado.

Além disso, Marx elabora sua argumentação da alienação do homem em relação ao homem a partir da relação de produção capitalista, centrada na exploração do trabalho de uns homens por outros. A alienação, portanto, seria fruto dessa exploração, em que o trabalho passa a ser considerado um tormento para o trabalhador e é, ao mesmo tempo, a fonte de gozo e prazer do outro, o explorador². Antes de mais nada, a concepção do capital e sua forma produtiva como, simplesmente, uma “entidade material” oculta o fato de que não se trata de um mecanismo capaz de ser controlado racionalmente, mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico que a tudo sobrepõe os seus critérios de viabilidade, cindindo universalmente o conjunto de faculdades identitárias de épocas e gerações (MÉSZÁROS, 2006, p. 13-14).

²“A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privações para o trabalhador. [...] Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas.” (MARX, 1844, p. 83).

O processo de alienação do trabalho não gera, portanto, somente o conflito de classes corporificado no enfretamento da classe trabalhadora *versus* os donos do capital, mas também implica um processo de fragmentação da consciência³, uma espécie de interpassividade que geralmente conduz ao processo de alienação (ZIZEK, 2003, p. 182). O trabalho fragmentado fragmenta por seu lado a consciência do trabalhador, gerando algo que poderíamos de certo modo chamar de uma patologia da moderna divisão do trabalho (HONNETH, 2007). O tema da alienação do trabalho talvez seja um dos núcleos criativos mais significativos na obra de Marx, tendo forte influência nas ideias futuras de Luckacs e Georg Simmel. Quanto a esta temática Axel Honneth faz o seguinte apontamento:

O interesse específico de Marx está voltado para a compreensão das condições de vida de nossa sociedade como causa para uma das habilidades humanas da razão; aquilo com que ele se ocupou, aquilo para o que ele voltou o seu olhar ao longo de toda a sua vida, eram patologias cognitivas ou existências que são produzidas pela forma específica de organização da sociedade capitalista. (HONNETH, 2008, p. 69)

Esta relação entre a divisão do trabalho e sua implicação na formação de uma determinada estrutura cognitiva é a fenda teórica aberta por Marx para a construção de uma teoria sociológica da personalidade. Aí está posto um argumento de radicalização sociológica, onde poderemos ver as estruturas sociais não apenas na sociedade, mas também nos sujeitos.

Max Weber e a “Weltanschauung” das classes sociais

A teoria de classes e sobretudo de estratificação social de Weber se distancia significativamente dos caminhos trilhados por Marx na sua elaboração do conceito de classe social. Isso se deve a dois principais aspectos que marcam as significativas distinções nas análises destes: a ruptura weberiana com um materialismo determinista (o que não significa que Weber não se oriente por

³ Quanto a isso, Marx ressaltou a noção de não-consciência de classe, que deveria ser revertida pela reflexão para permitir a efetivação do papel histórico da classe trabalhadora.

perspectivas materialistas) e a não utilização de um mecanicismo fechado em relação ao lugar do sujeito na produção e o seu local de *status* na sociedade⁴.

Ao não aderir a um materialismo determinista e a um mecanicismo fechado, desse modo reconhecendo que o universo simbólico (cultura) não está subjugado deterministicamente à estrutura material e que esta possui uma lógica interna própria parcialmente apartada da lógica do mundo material, Weber cinde sua visão analítica de estruturas coletivas em dois conceitos: um focado na distribuição de benefícios materiais, isto é, classe social, e outro focado na distribuição do que Weber chama de honra ou estima social, ou seja, grupos de *status*. No entanto, antes de tecermos observações separadas a respeito de cada um destes conceitos, lembramos que Weber(1976)os define genericamente como um fenômeno de distribuição de poder entre grupos dentro da comunidade.

No que se refere especificamente à noção de **classe social**, não há uma ruptura radical de Weber em relação a Marx. Na sua análise ele coloca a propriedade como categoria básica de distinção de classe (os que possuem e os que não possuem), assim como o local do indivíduo no mercado de trabalho, ou seja, quais tipos de serviços esses indivíduos podem oferecer neste mercado. Em uma definição geral, Weber diz que classe social se configura como o resultado de situação de classe. E situação de classe é assim definida por Weber:

When (1) a number of people have in common a specific causal component of their life chances, in so far as (2) this component is represented exclusively by economics interests in the possession of goods and opportunities for income, and (3) is represented under the conditions of the commodity or labor markets. These points refer to “class situation”, which we may express more briefly as a typical chance for a supply of goods, external living conditions, and personal life experiences, on so far as this chance is determined by the amount and kind of power, or lack of such, to dispose of goods and skills for the sake of income in a given economic order. The term “class” refers to any group of people that is found in the same class situation (WEBER, 2009, p.181)⁵.

⁴ Embora Marx não tematize diretamente a noção de *status*, fica subentendido em sua teoria que o valor do sujeito na sociedade é condicionado ao seu papel na produção.

⁵ Tradução nossa: “Quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que (2) este componente é representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de produtos e oportunidades de renda, e (3) é representadosob as condições dos mercados de commodities ou de trabalho. Estes pontos se referemà “situação de classe”, que podemos

O traço geral que orienta esta sua análise é o potencial de barganha que o indivíduo possa ter no mercado, e quanto a isso o acesso a propriedade é uma vantagem significativa. Secundariamente, destaca-se o tipo de serviços que os indivíduos sem propriedade podem oferecer neste mercado. Podemos dizer que a perspectiva de classe social weberiana é uma análise da distribuição de poder no universo econômico, de modo que esta distribuição de poder diferenciada gera grupos em condições similares ante a elaboração de expectativas e ações neste universo, seguindo-se daí que este conjunto de condições e expectativas similares gera a chamada situação de classe (*Klassenlage*) e por conseguinte as classes sociais⁶.

No entanto, para Weber, a dinâmica da distribuição de poder entre grupos na sociedade não se restringe ao universo dos interesses econômicos. Ao lado destes, um universo de sofisticadas teias simbólicas age decisivamente na distribuição de poder. Para apreender este universo social específico, Weber elabora as noções de **estratificação social e grupos de *status***.

Em oposição à ordem econômica, a qual determina a situação de classe (*Klassenlage*), Weber chamará de “ordem propriamente social” o modo de distribuição de prestígio social. Nesta classificação baseada em uma oposição binária, enquanto as classes se diferenciam a partir de sua relação com a produção e com a aquisição de bens, os grupos de *status* se diferenciarão a partir dos modos de consumo destes bens (WEBER, 1976; BOURDIEU, 2002). Estes modos de consumo —que envolvem maneiras específicas de se vestir, consumir certos alimentos em ritos puramente sociais específicos, consumir bens culturais distintos e, para além do consumo, estilos de fala, comportamento etc. — configuram determinados estilos de vida, os quais são o ponto máximo de distinção dos grupos de *status*. É dentro destes “estilos de vida” que estão contidos os mecanismos

expressar mais brevemente como uma chance típica para um fornecimento de bens, as condições de vida externas e experiências de vida pessoais, na medida em que esta oportunidade é determinada pela quantidade e tipo de poder, ou a falta de tal, de dispor de bens ou habilidades para o bem da renda em uma determinada ordem econômica. O termo "classe" se refere a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe”.

⁶Nota-se aqui que, o conceito de classe social de Weber é algo bem menos rígido do qual elaborado por Marx, representa ele mais um artifício interpretativo da sociedade do que uma “peça” objetiva das “engrenagens sociais”.

simbólicos de distribuição diferenciada de estima social, o que demonstra que certos indivíduos ou grupos teriam mais valor social (honra) do que outros.

Neste caso, Weber “antecipa” Bourdieu no deslocamento das fontes puramente materiais como forma de legitimação de classe. A disputa de classe é, antes de mais nada, uma disputa por poder sobre a noção de vida legítima, e, neste caso, os valores e os interesses formam teias finas de relação objetivamente inseparáveis. Nunca é demais lembrar que isso não significa que para Weber as noções de estima social (prestígio) ocorram independente da ordem material da vida; pelo contrário, na maioria das vezes essa dependência é bastante clara.

Embora esses traços da sociologia de Weber o aproximem muito do que Bourdieu viria a desenvolver mais profundamente em seus trabalhos, há um diferencial entre eles. Em suas premissas psicossociológicas, Weber reconhece no humano uma necessidade moral que busca legitimação para seu lugar privilegiado da sociedade. Weber interpreta o sujeito como um ente moral que, apesar das ambições de “sucesso”, tem obrigações valorativas que têm seu fim em si mesmo, à maneira de um sistema de recompensas psicológicas. Como exemplo, Weber narra que em muitas sociedades os ricos e afortunados não se contentam em apenas ser ricos e afortunados: eles precisam de um discurso que legitime e justifique sua melhor sorte, inclusive para eles mesmos. Para garantir este conforto existencial relativo à riqueza, elaborou-se uma série de artifícios simbólicos ao longo da história, seja através de uma suposta descendência divina, de uma pureza do sangue nobre ou mesmo do recurso de gosto refinado (estilo de vida), este último efetivando-se nas sociedades modernas.

A respeito disso, vale lembrar também que Weber não estava interessado em compreender o conceito dessas estruturas coletivas apenas na modernidade ou na sociedade industrial, mas sim buscou compreendê-las como mecanismos de distinção de grupos inerentes à ordem social. Quanto a isso, ele pontua como em outras sociedades a garantia de distinção de modos de vida não se dá puramente por estilos de vida exclusivamente garantidos pela lei ou economia, mas também a partir de rituais mágico-religiosos. Tabus podem ser a garantia para que grupos específicos tenham acesso a um determinado estilo de vida, no qual podem consumir certos alimentos, bens culturais, roupas e utensílios que outros membros

não podem. O sistema de castas é um dos exemplos mais bem acabados desta dinâmica que acabamos de narrar.

Por fim, é importante ressaltar que Weber, a partir de sua noção de situação de classe, sempre buscou associar determinados grupos que ocupavam papéis em atividades de produção ou lugar de classe e *status* semelhantes a predisposições cognitivo-religiosas. Boa parte de suas teses em sociologia da religião se baseia nestas premissas. Assim, Weber descreveu o tipoideal camponês como marcado por certo tipo de relação de dependência absoluta e submissão à natureza, o que de certo modo moldava um modelo de religiosidade marcadamente mágica. Em outros momentos Weber descreve:

[...] sowar der Konfuzianismus die Standesethik einer literarische gebildeten weltlich-rationalitisten Pfründnerschaft. [...] Der ältere Hinduismus wurde dagegen getragen von einer erblichen Kaste literarische Gebildeter. [...] Der Buddhismus wurde von Heimatlos wandernden, streng kontemplativen und weltablehnenden Bettelmönchen propagiert. [...] Der Islam war in deiner ersten Zeit eine Religion welterobernder Krieger. [...] Das Judentum war, seit dem Exil, die Religion eines bürgerlichen „Pariavolkes“. [...] Das Christentum endliche begann seinen Lauf als eine Lehre wandernder Handwerksburschen. (WEBER, 1976, 240-241)⁷

Essas associações entre estratos da sociedade e a adoção de modelos cognitivos e certas religiões podem ser vistos no sistema elaborado pelo sociólogo weberiano Hans Peter Müller (2007). Ele sistematizou as associações feitas por Weber entre religiões e estratos sociais, relacionando a ideia de classes sociais à de visões de mundo e agência no mundo, condensados em aspectos religiosos.

⁷Tradução nossa: “...o confucionismo foi a ética civil de prebendários literatos formados em um racionalismo mundano [...] O hinduísmo antigo, no entanto, foi conduzido por uma casta hereditária de especialistas treinados na escrita. [...] O Budismo foi difundido por frades mendicantes e itinerantes, estritamente contemplativos, que rejeitavam o mundo. [...] O Islã, em seus primeiros tempos, foi uma religião de guerreiros conquistadores.[...] O Judaísmo foi desde o exílio a religião de um ‘povo pária’ burguês. [...] O Cristianismo começou sua jornada como uma doutrina de artesãos itinerantes.”

Quadro 1: Tipologia das religiões e estratos sociais (parte 1)

Religiões Mundiais	Puritanismo	Confucianismo	Hinduísmo
Critérios			
Estrato social condutor	Pequena burguesia	Intelectualidade com formação na escrita	Especialistas intelectuais religiosos
Tipo de profissão	Artesãos e comerciantes	Mandarins	Brâmanes
Posição dentro da sociedade	Setores médios Distribuição igualitária do conhecimento e qualificações religiosa	Governantes e altos funcionários administrativos que monopolizam a produção do conhecimento	Mais alta classe religiosa que monopoliza o saber do ritual
Objetivo da salvação	Redenção	“a boa vida”	Pureza ritual
Bens da salvação	Estado de graça e provação	Saber literário	O Eterno ciclo do renascimento
Meios de salvação	Ascese intramundana ⇒ vocação para o trabalho	Práxis mágica intramundana	Práxis religiosa extramundana
Relação com o racionalismo e economia	Condução da vida metódica + Poupança e controle do consumo	metódico hedonismo moderado	Metodicamente “correto” (obediência a regras)+

Quadro 1: Tipologia das religiões e estratos sociais (parte 2)

	Budismo	Islã no período inicial	Judaísmo do Exílio
Estrato social condutor	Elite religiosa	Guerreiros	“povo pária”
Tipo de profissão	Monges	Soldados imbuídos de interesse religioso	Banqueiros e agiotas
Posição dentro da sociedade	Posição suprema de virtuosismo religioso	Elite guerreira de uma sociedade militarizada	“Existência pária”
Objetivo da salvação	“vazio”	Redenção após a guerra final	Salvação (retorno do Senhor) e transformação de um povo pária em povo dominante
Bens da salvação	Experiência do nada	Honra e bravura	Esperança profética
Meios de salvação	Mística contemplativa	Conquista do mundo	Aquisição de dinheiro e conhecimento
Relação com o racionalismo e economia	Ascetismo contemplativo	Ascetismo militar e protocapitalismo aventureiro e espólio	Metódico controlado intracomunitário/ protocapitalismo comercial

Fonte: Müller (2007)

AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CLASSE

Pierre Bourdieu: classe social no mundo da igualdade

Uma pergunta fundamental que ocupa o núcleo central das inquietações de Bourdieu sobre o universo social, adquirindo contornos filosóficos, é aquela que questiona como a desigualdade — que aqui também pode ser entendida como um

impulso humano por diferenciação, tal como George Simmel elaborou em “A Filosofia da moda”— se manifesta numa sociedade em que a igualdade é o valor fundante. Em outras palavras, isso pode ser descrito da seguinte forma: como funcionam os mecanismos sociais que garantem a determinados grupos maior acesso aos bens caros e escassos da sociedade, permitindo-lhes maior poder e prestígio sobre outros grupos, ocorrendo isto na modernidade, nesta sociedade que foi constituída sobre o valor da igualdade. A partir desta questão Bourdieu apresenta avanços significativos a respeito do conceito de classe em que este, novamente, desempenha papel de destaque nas análises sociológicas.

A respeito destes avanços podemos apontar, como destaca Eder(1995), que um dos mais importantes ganhos teóricos da teoria de classe de Bourdieu é a reconexão do elemento cultura na dinâmica de classe. O conceito de Bourdieu de “capital cultural”, que coloca a cultura como uma instância também estruturante do processo de dominação de classe, é o exemplo mais bem acabado desta mudança. No entanto, vale ressaltar que talvez o principal ganho de Bourdieu neste quesito tenha sido o de reunir em um só conceito as dinâmicas materialistas econômicas e as culturais, mesmo que para isso utilize as noções de “capital econômico” e “capital cultural”. Digo isso porque Weber já tinha analisado o papel fundamental da cultura como estruturador da hierarquização de grupos na sociedade, mas para isso criou um conceito à parte ao de classe social, o de grupos de *status*, acompanhado pelas noções de honra e estima social como os representantes dos elementos culturais na estratificação social.

Para além da importância da reconexão entre classe social e a noção de cultura, o traço de ruptura de Bourdieu com seus antecessores se deve ao rompimento com a perspectiva racionalista e intelectualista. Pierre Bourdieu traz novas luzes ao entendimento da dinâmica de classe social quando postula que mecanismos decisivos de estruturação deste campo de luta se constituem aonde a razão não chega. Ou seja, a dinâmica de dominação de classe se forma na incorporação pré-reflexiva (inconsciente) de signos de distinção social. E quanto a isso, o seu conceito mais pujante é o de *habitus* de classe.

Bourdieu utiliza o termo *habitus* para denominar esta dinâmica de incorporação de estruturas sociais de forma inconsciente que configuram a cognição humana, como ele descreve na citação abaixo:

As estruturas cognitivas que elaboram os agentes para conhecer praticamente o mundo social são umas estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta “razoável” nesse mundo elabora uns esquemas classificadores (ou, se prefere, “umas formas de classificação”, umas “estruturas mentais”, umas “formas simbólicas”, expressões todas elas que, se ignoram suas conotações, são mais ou menos intercambiáveis), esquemas históricos de percepção e apreciação que são produto de divisão objetiva em classes (classes de idade, classes sociais, classes de gênero) e que funcionam à margem da consciência e do discurso. (BOURDIEU, 2002, p. 479)

É a partir deste conceito, oriundo de sua postura antirracionalista, que Bourdieu consegue enxergar classe e conflito onde seus contemporâneos apenas viam consenso e desaparecimento dos conflitos de classe. Bourdieu demonstrará que nas sutilezas do universo simbólico reinam estruturas opacas de dominação de classe e, sobretudo, reprodução de dominação. Assim, a incorporação de determinados *habitus* de classe atuam como a maneira de passar por várias gerações uma dominação consolidada. Nesse ponto, o “capital cultural” atua como um estabilizador de ganhos de classe (EDER, 1995). As disputas de classe e os meios de dominação, dessa forma, giram em torno da noção de universalismo. Ou seja, à medida que as disputas se concentram em estilos de vida, torna-se dominante quem impõe seus estilos de vida como valores universais.

Para desvelar este mecanismo, Bourdieu procura no livro “*La Distinción: criterios e bases sociales del gusto*”, a partir da elaboração de uma estética antikantiana, como o próprio assim o denomina, deslocar as discussões sobre a estética dos referenciais de uma noção de belo universal para conduzi-las a referenciais políticos e sociocognitivos, referentes a determinados tipos de aprendizado social. Para Bourdieu, a percepção do belo é muito mais uma questão política referente a um conflito de classes do que puramente uma questão estética. Além disso, o gosto é uma determinação de um aprendizado pré-reflexivo ocorrido em função de uma determinada estrutura social em que o indivíduo está inserido, principalmente na infância. Desde a expressão corporal até aos hábitos alimentares ou mesmo uma disposição para a apreciação da arte, tudo isto se dá em virtude desta incorporação de estruturas sociais.

Para Bourdieu, a noção do belo ou “da vida digna” desejável é constituída a partir de uma luta de classes que envolvem sutis instrumentos simbólicos para garantir a dominação de uma determinada classe sobre a outra. Diferentemente de Taylor, que crê que a base da hierarquia moral se encontra na separação e conseguinte divisão valorativa entre a mente e corpo (sendo que as atividades referentes à mente são de maior valor que as atividades referentes ao corpo), Bourdieu acredita que tal hierarquias e forma em virtude de um conflito de classes.

Porém, o que mais nos interessa na análise de Bourdieu não é a constituição do belo na luta entre as classes, mas sim a “aquisição” das armas para essa luta, ou seja, a incorporação de comportamentos sociais avaliados e utilizados como meios de dominação que, segundo Bourdieu, consiste na incorporação de estruturas sociais.

O conceito de *habitus* de Bourdieu apresenta outro ganho significativo para a teoria sociológica. Ao pleitear que as estruturas sociais são incorporadas — ou seja, que estruturas abstratas e instituições ganham vida, corpo e sangue nas pessoas, diferentemente da antiga ideia racionalista de internalização de valores —, Bourdieu, em certa medida, rompe com o dualismo teórico agente x estrutura.

No entanto, é importante ressaltar que o construto teórico-analítico de Bourdieu foi montado a partir da sociedade francesa das décadas de 60 e 70 do século passado, isto é, no auge daquilo que o historiador inglês Eric Hobsbawm chamou de a “era de ouro do capitalismo”, caracterizado pela combinação entre riqueza, desenvolvimento e altíssimos níveis de igualdade social. Bourdieu teve o mérito de enxergar conflito de classes e mecanismos sutis de reprodução da desigualdade em uma sociedade em que seus contemporâneos só viam o fim das classes e dos conflitos coletivos. Enfim, Bourdieu constrói seu instrumental para interpretar uma sociedade com baixo grau de mobilidade social, altamente estática e com os níveis de igualdade social altíssimos, além de não experienciar a radicalização da cultura de massa como ocorria na América. Neste sentido, o continente americano é um “outro mundo”, e a sociedade brasileira ainda mais distante. Trata-se de uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a diferenciação social é marcada por alta desigualdade de renda e material em todos os níveis, como também acesso diferenciado às instituições sociais básicas na formação da pessoa moderna.

Outro dado também a difere significativamente daquela França de Bourdieu: o Brasil é uma sociedade com forte mobilidade social e possibilidade crescente desta mobilidade. Instalou-se aqui nas últimas décadas uma crença na ascensão, permitindo a formação de tipos sociais muito próximos ao espírito do início da modernidade, de pequenos burgueses aventureiros e empreendedores dispostos a desbravar o mundo inteiro para alcançar ao seu lugar. Muitos desses novos “empreendedores” alcançaram significativo sucesso, o que nos lançou em um universo inverso àquele proposto por Bourdieu, em que o núcleo estava baseado na reprodução e não na ruptura.

KLAUS EDER: REVENDO O PAPEL DA “CLASSE MÉDIA”

No seu livro mais famoso sobre o tema classe social, intitulado “*The New Politics of Class*”, o principal interesse de Eder é recolocar o papel das classes sociais no tema referente à ação coletiva, que até então era dominado pelas perspectivas individualistas contrárias à análise de classe, oriundas, sobretudo, da teoria da escolha racional. No entanto, para alcançar tal objetivo, Eder mergulha num longo debate a respeito não só do conceito de classe, mas também da ideia de luta de classes.

A primeira importante análise elaborada por Eder se deve à desconstrução das velhas concepções a respeito do conceito de classe. Eder demonstra o equívoco existente entre as formas históricas e estruturais do conceito de classe. Este equívoco consiste na crença de que a primeira corporificação histórica de luta de classes, isto é, “capital” x “trabalho” (burguesia x proletariado), corresponderia à essência estrutural desta dinâmica.

Para alongar essa crítica Eder propõe uma versão construtivista de análise de classe, a qual deve levar em conta três fatores: agência, contexto e resultado estrutural. Por agência entende-se a capacidade de grupos sociais de definir e redefinir interesses, normas e valores, desse modo gerando mobilização coletiva. O contexto seria a arena de conflitos, e os termos usados para definir o novo campo de conflitos sociais são identidade, expressividade e boa vida. Assim, a luta se dá em torno da exclusão dos meios sociais de realização de identidade. E resultado estrutural seriam as causas e os efeitos da mobilização (EDER, 1995).

A partir desta crítica e remodelação da perspectiva de classe, Eder abre as portas para a revisão de quais classes seriam preponderantes na dinâmica social. Assim, a classe eleita do marxismo tradicional, isto é, o proletariado, é destronada de seu papel para dar lugar a uma classe esquecida e estigmatizada nas análises marxistas, a “classe média”. Neste diagnóstico de Eder, está a ideia de que o próprio termo “classe média” já é sintomático em relação ao desleixo que as antigas análises devotaram a este segmento de classe. “Classe média” é um termo vago, que não indica nada positivamente, apenas negativamente, com a noção de um não lugar, ou seja, não se é isso nem aquilo, é-se apenas algo intermediário, e esse intermediário está entre as supostas classes protagonistas da história (EDER, 1995).

Para uma definição positiva das classes médias contemporâneas, Eder primeiro argumenta a perda da ideia de transitoriedade destas camadas: uma fixação no seu lugar de classe dá o tom do seu radicalismo. Isso se deve ao medo de ser identificada com as classes baixas e o fracasso em tornar-se classe dominante. Porém a sua definição geral mais incisiva é a que classifica essas classes como as que produzem e reproduzem os bens culturais nas sociedades modernas. E é isso que as coloca como o centro reflexivo⁸ e, logo, mais dinâmico destas sociedades.

Esta fenda teórico-analítica aberta por Eder constitui, talvez, o seu mais importante avanço teórico na compreensão da ação coletiva nas sociedades centrais. Ao voltar seus olhos para uma classe esquecida, o autor nos permite observar outra classe (ou fração de classe) também esquecida, o Lumpen proletariado. Uma fração de classe que era residual nas análises tradicionais também passou a ocupar papel central nas sociedades periféricas do capitalismo. Aquilo que Marx chamou de Lumpen Proletariado nós chamaremos, baseados nas ideias de Jessé Souza, de ralé estrutural da periferia do capitalismo. Pelo seu tamanho, essa fração de classe ou classe social se tornou a característica mais marcante destas sociedades, à maneira de uma força “dinâmica negativa”, para fazer um paralelo com as ideias de Klaus Eder.

⁸ Eder (1992) constrói uma estrutura histórica evolutiva dos “grupos contestadores da realidade” (aqueles que dinamizam a realidade social, como agentes de pressão) na modernidade europeia. (1) Elite intelectual iluminista, (2) Classe trabalhadora tradicional, (3) “Nova classe média”.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Em tom conclusivo, é importante notar que os diversos conceitos de classe social foram altamente sofisticados dentro de uma perspectiva quantitativa. Na busca por critérios mais sólidos de descrição e conhecimento da formação social, foi elaborada uma série de categorias que pudessem servir de indicativos quantificáveis da formação de grupos sociais significativamente homogêneos. Um exemplo desta lógica é o trabalho do neo-weberiano John H. Goldthorpe, que explorou a teoria de classe de Max Weber para uma análise quantitativa.

Em tal perspectiva se objetiva mais a compreensão de universos específicos, assim como avaliações e verificações de políticas públicas, do que teorias gerais sobre a sociedade e o sujeito socialmente construído. Em muitas delas há uma atenção especial para a relação entre indicadores de classe — tais como escolaridade e renda — e variantes comportamentais e/ou de opiniões. Pesquisas eleitorais, pesquisas de mercado, avaliações e planejamento de políticas públicas sempre recorrem à categoria sociológica de classe social.

O que este artigo nos permite observar é a relação intrínseca deste conceito com a sociologia, fazendo com que este sempre retorne a posições de destaque nas análises sociológicas, mesmo que sejam efetuados esforços para se desenvolverem alternativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. (1986). *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.

BOURDIEU, Pierre. (2000). *Das religiöse Feld. Texte zur Ökonomiedes Heiligenshehens*. Konstanz, UVK Verlag.

_____. (2002). *La Distinción: criterios e bases sociales del gusto*. México, Ed. Taurus.

_____. (2006). *Argelia 60: Estructuras económicas y estructuras sociales*. Buenos Aires, Siglo XXI Ed. Argentina.

_____. (2000). *Outline of a Theory of Practice*. London, Cambridge university press.

EDER, Klaus. (2002). *Europäische Säkularisierung – ein Sonderweg in die postsäkulare Gesellschaft? Eine theoretische Anmerkung*. In: Berliner Journal für Soziologie 3, 331-343.

_____. (1995). *The new politics of Class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Sage publications, London.

HABERMAS, Jürgen. (1962). *Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Neuwied: Luchterhand.

HONNETH, Axel. (2008). *Observações sobre a reificação*. Civitas. Porto alegre. V.8.n.1. p.68-79.

MARX, Karl. (2008). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MÉSZÁROS, István. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MÜLLER, Hans Peter. (2007). *Max Weber. Eine Einführung in sein Werk*. Böhlau (UTB), Köln, Weimar, Wien.

WEBER, Max. (1976). *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen.

_____. (1988). *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Tübingen.

_____. (2009). *Essays in Sociology*. New York, Routledge.

ZIZEK, Slavoj. (2003). *A Marioneta e o Anão – o Cristianismo entre perversão e subversão*, trad. Carlos C-M. de Oliveira. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Brand Arenari

Doutor em Sociologia pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha.
Professor da Universidade Federal Fluminense. Consultor na área de Sociologia.

Joana Campinho

Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora na UNIFLU – Centro Universitário Fluminense e na Universidade Cândido Mendes – Ucam Campos.